

Direito Administrativo

A pós-graduação em Direito Administrativo da PUCPR é voltada para uma formação integral em Direito Administrativo, abordando a estrutura da administração pública, suas atividades, sistemas de controle e regime jurídico administrativo.

O programa de ensino é dividido em dois módulos e aborda os mais importantes princípios do Direito Administrativo contemporâneo, com análise tanto de temas clássicos como licitações e contratos, como as recentes inovações da regulação tecnológica.

Onde atuar com Direito Administrativo?

Um profissional especializado em Direito Administrativo pode trabalhar no setor público ou privado, tratando das relações entre a Administração Pública e os seus administrados, em questões relacionadas ao funcionamento de licitações, prestação de serviço público à população e gestão pública, por exemplo.

O curso volta-se a profissionais do direito, administradores e gestores públicos e advogados que buscam atualização e verticalização de conhecimentos na área do direito administrativo, enfocando os principais assuntos da área, em especial regime jurídico administrativo, atualizações na lei de licitações e contratos, na lei de improbidade, o regime dos serviços públicos, o ambiente da Administração Pública Digital, entre outros.

A oferta da especialização é justificada pelo objetivo de ofertar um curso de qualidade focado nas profundas transformações do direito administrativo contemporâneo e na necessidade de atualização e verticalização nos novos temas e nas várias reformas da relação jurídica administrativa.

Público-Alvo: Bacharéis em Direito, em Administração e Administração Pública, Advogados, Juízes, Promotores, Defensores, Servidores Públicos, Cidadãos, Gestores públicos e profissionais de empresas que se relacionam com o Estado.

Campus:

Curitiba

Periodicidade:

Semanal

Modalidade:

EAD

Mensalidade:

R\$ 581.90

Formato:

Aula Online ao Vivo

Inscrição:

[Clique aqui](#)

Duração:

9 meses

Disciplinas

Regime Jurídico Administrativo e Novas Perspectivas na Relação Jurídico Administrativa

Estado, Governo e Administração Pública. Prerrogativas, sujeições e perspectivas contemporâneas da relação jurídico administrativa. Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público.

Princípios da Legalidade e Regulamentos Administrativos, moralidade, publicidade e transparência. Análise de casos concretos.

Princípios da Impessoalidade, isonomia, eficiência e julgamento objetivo. Análise de casos concretos.

Boa fé. Segurança jurídica e aplicação da Lei n. 13655/18. Proporcionalidade e razoabilidade. Análise de casos concretos.

Tutela e autotutela, motivação e responsabilidade civil extracontratual do Estado. Análise de casos concretos.

Processo Administrativo e Regime Sancionador na Administração Pública

Processos punitivos e litigiosos. Nucleo comum de processualidade. Principios gerais do processo administrativo.

Regime jurídico geral e específico. Sindicância. Verdade sabida. Sindicância investigação e sindicância processo. Rito. Processo administrativo. Principios específicos. Rito. Consequencias restritivas da instauração. Análise da casuística

Regime sancionador administrativo. Dosimetria da sanção. Processo administrativo de apuração de responsabilidade. Regime sancionatório e processo administrativo.

Crimes contra a Administração Pública e tipificação. Responsabilidades e limites decorrentes do exercício de funções públicas. Lei anticorrupção.

Regime Jurídico dos Agentes Públicos

Agentes públicos: conceito e classificação. Agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração. Servidores e Empregados Públicos: Regime Estatutário e Celetista. Estabilidade e efetividade. Estágio probatório e avaliação periódica de desempenho. Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público O regime geral em face das reformas administrativas e da PEC 32.

Regime funcional (Classificação dos cargos públicos. Cargo vitalício, em comissão e estatutário. Concurso Público. Provimento, nomeação e posse.

Provimentos inicial e autônomo e provimentos derivados. Quadro, nível e classe. Direitos funcionais e vantagens. Vacância. Análise de casos concretos.

Sistema remuneratório dos servidores públicos. Remuneração, vencimento, gratificações. Subsídio. Teto remuneratório. Acumulação remunerada de cargos públicos. Análise de casos concretos.

Seguridade Social do Servidor. Sistema previdenciário. Emendas constitucionais 20/98, 41/03, 47/05, 70/12 e 103/19. Regras de transição. Teto previdenciário. Análise de casos concretos.

Sistemas de responsabilidade funcional. Sistemas penal, administrativo, político, orçamentário e financeiro, de improbidade. Incomunicabilidade de instancias.

Contratos administrativos e suas inovações

Teoria geral e regime jurídico típico. Teoria Tradicional e o modelo paritário. Igualdade assimétrica e contratos administrativos. Mutabilidade objetiva do contrato administrativo. Prerrogativas contratuais e um novo regime jurídico. Formalização dos Contratos (Requisitos).. Equilíbrio econômico financeiro. Cláusula de Reajuste de Preços. Matriz de Risco. Taxa Interna de Retorno. Novos delineamentos. Regime de Execução do Contrato. Direta e Indireta. Regime de empreitada. Empreitada por preço unitário. Empreitada por preço global, Empreitada integral, Contratação por tarefa, Contratação integrada, Contratação semi-integrada, Fornecimento e prestação de serviço associado. Inexecução e Extinção. Hipóteses. A tutela do usuário do serviço público. Contrato de concessão. Análise geral do regime concessório. Módulos convencionais e regimes específicos. Módulos de substituição da ação unilateral, de fornecimento e de concessão. Análise geral. Regime Jurídico das Concessões de Serviço Público. Regime geral, espécies: concessão de obra e de serviço, concessão comum, patrocinada e administrativa. Contrato de Permissão e Autorização. Permissão de uso de bem público. Permissão como ato e como contrato. Autorização de serviço público. Regulação. Procedimento de manifestação de interesse. Concessões de serviço público de saneamento. Parcerias Público Privadas. Regime de contratação, peculiaridades. Lei 11079/04 e legislações estaduais.

Sistemas de controle e Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado

Conceito e elementos. Nexo de causalidade e dano indenizável. Responsabilidade por ação e por omissão. Processamento judicial e peculiaridades. Sistema regulatório das agências reguladoras. Regime sancionatório. Análise de impacto regulatório. Regulação econômica, jurídica e técnica. Limites e alcance. Análise da casuística. Controle de legalidade e de mérito da ação administrativa. Particularidades do sistema judicial (preclusão administrativa e marco inicial para propositura das demandas. Competência. Foro e jurisdição especializados). Instrumentos de controle. O mandado de segurança. A ação popular, a ação civil pública, a ADPF e o controle comum ordinário. A representação perante o Tribunal de Contas. Competências do Tribunal de Contas e efeitos de suas decisões. Ouvidorias, Ombudsmann e o controle interno da Administração Pública. Análise casuística.

Mecanismos de intervenção do Estado na economia

A ordem econômica na Constituição da República
O modelo de Estado de bem-estar social.
Os mecanismos de intervenção do Estado na seara econômica e na social.
A regulação dos serviços públicos e da atividade econômica em sentido estrito
O sistema de defesa da concorrência no Brasil

A nova legislação de liberdade econômica e seus impactos na intervenção do Estado na atividade econômica privada

Atividades Administrativas na Relação entre Estado e Sociedade

Atividades do Estado.

Fomento e novas relações de estímulo ao interesse público.

A revisão da relação de autoridade no exercício de função pública.

Poder de polícia versus função ordenadora.

Serviço público: regime jurídico geral e particularidades.

A essencialidade dos serviços públicos na jurisprudência do STF.

Participação popular na Administração Pública.

Organização e Estruturas da Administração Pública

Centralização e Descentralização, Órgãos Públicos e seu regime jurídico.

Repartição de competências.

Entidades da Administração Indireta: autarquias e fundações Públicas.

Regime jurídico das estatais: Lei 13.303/16 e legislação correlata.

Empresas públicas e sociedades de economia mista.

Entidades paraestatais: a importância do terceiro setor.

Organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais e organizações da sociedade civil.

Reforma Administrativa: teoria e crítica.

Atos administrativos e Consensualidade Administração Pública

Conceito de ato administrativo, atributos e classificação.

Prerrogativas dos atos administrativos.

Discrecionabilidade e Vinculação.

Extinção, Revogação e Invalidação.

Consensualismo aplicável à Administração Pública (acordo de gestão, termo de ajustamento de conduta e outras espécies de acordo).

Mediação na Administração Pública.

Arbitragem nas relações Administrativas (Leis n. 13.129/15 e 13.140/2015).

A arbitralidade objetiva e os direitos patrimoniais disponíveis.

Análise de casos concretos.

Administração Pública Digital, Governo Eletrônico e Smart Cities

Novas tecnologias aplicáveis à Administração Pública.

A nova legislação de governo digital no Brasil.

Big data e aplicações da inteligência artificial para a Administração Pública.

Novas tecnologias no combate à desigualdade social: inclusão digital e isonomia no ambiente cibernético.

O Novo Regime Jurídico das Licitações Públicas

Vigência e regime de transição em relação à Lei n. 14133/21 e a Lei n. 8666/93.

Contratação direta. Dispensa e inexigibilidade na Lei n. 14133/21.

Planejamento estratégico nas contratações.

Formulação do edital.

Análise de riscos e aprovação jurídica.

Modalidades licitatórias e o diálogo competitivo.

Procedimentos auxiliares e especiais (Credenciamento, Pré-qualificação, Procedimento de manifestação de interesse, sistema de registro de preços e Registro cadastral).

Fases da licitação: classificação e habilitação.

Critérios de julgamento de propostas.

Encerramento da licitação (saneamento de irregularidades, revogação, anulação, Homologação e Adjudicação).

Sistema recursal.

Procedimentos Relacionados ao Pregão Eletrônico e a Disciplina normativa federal e estadual. Relicitação: regime jurídico e enquadramento legal, controle e consequências.

Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção

Combate à Corrupção e Improbidade e a Lei 8.429/92.

A nova legislação de improbidade administrativa no Brasil: impactos da Lei 14.230/21

O regime da Lei n. 12.846/13: Lei anticorrupção empresarial.

Acordo de leniência e ritos específicos.

Dolo, culpa grave erro grosseiro.

Compliance, Governança e Inovação na Administração Pública

Análise geral sobre integridade, compliance e gestão de riscos aplicáveis à Administração Pública.

Comportamento ético, moralidade e probidade na gestão da pública.

Compliance na Administração Pública.

Regime da Lei 13.303/16.

Acesso aos documentos e sigilo.

Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados na Administração Pública.

Compliance e gestão de riscos da Administração Pública.

Controle preventivo, Regulamento e responsabilidade.

Análise de impacto regulatório nos sistemas de controle aplicáveis a licitações e contratos.

Temas Especiais

Metodologia da pesquisa com foco nos temas de Direito Público: teoria e prática

Resolução de Casos de

Direito Administrativo O regime jurídico das normas de Direito público na LINDB – Lei de Introdução às Normas do

Direito brasileiro

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.